

Investigação Defensiva: O poder do advogado de produzir suas próprias provas

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | maio 26, 2026



Advogado pode investigar por conta própria no processo penal ao realizar investigação defensiva, produzindo provas de forma lícita e ética dentro dos limites legais para fortalecer a defesa do cliente.

Já se perguntou se o **advogado pode investigar por conta própria no processo penal**? Esse poder da defesa pode mudar o rumo de um caso, mas exige cuidado para não ultrapassar os limites legais. Vamos entender melhor como funciona essa investigação e o que realmente pode ser feito para ajudar o cliente.

O que é investigação defensiva e sua importância

A **investigação defensiva** é o ato pelo qual o advogado busca reunir informações e provas para fortalecer a defesa do acusado no processo penal. Ela permite que a defesa tenha uma atuação mais ativa, buscando elementos que possam contradizer a acusação ou apresentar novas perspectivas.

Essa prática é importante porque amplia o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantindo que o acusado tenha

chances reais de provar sua inocência ou atenuar sua responsabilização. Além disso, a investigação defensiva pode contribuir para a descoberta da verdade, tornando o julgamento mais justo.

Por que a investigação defensiva é essencial?

Em muitos casos, a investigação conduzida apenas pela polícia ou pelo Ministério Público pode não ser suficiente para abarcar todos os fatos ou para proteger o direito do acusado. O advogado, ao investigar, pode identificar falhas na investigação oficial, localizar testemunhas relevantes e obter documentos que o Estado não coletou.

Investigar por conta própria não significa violar regras, mas sim agir dentro dos limites legais para reunir provas, desde relatos pessoais até documentos públicos. Essa atuação fortalece a defesa técnica e pode influenciar positivamente o resultado do processo.

Limites legais para a investigação pelo advogado

No Brasil, a **investigação defensiva** realizada pelo advogado deve respeitar limites legais rígidos para não violar o ordenamento jurídico. O advogado não pode agir como autoridade policial, ou seja, não tem poder para prender, interrogar formalmente testemunhas ou realizar diligências que exijam autorização judicial específica.

Segundo o Estatuto da OAB e o Código de Ética e Disciplina, o advogado deve agir com respeito à lei e aos direitos das outras partes, evitando práticas ilícitas. O objetivo principal é coletar provas de forma lícita, como entrevistas informais, análise de documentos públicos e atividades que não comprometam a integridade do processo.

Restrições e prerrogativas do advogado na investigação

É proibido ao advogado invadir domicílios, grampear telefones, acessar dados sigilosos sem autorização judicial ou praticar qualquer ato de coação. Caso haja necessidade dessas diligências, devem ser requeridas aos órgãos competentes.

Atuar dentro desses limites assegura a validade das provas obtidas, preserva a ética profissional e evita nulidades processuais que possam prejudicar o cliente.

Principais métodos para produzir provas no processo penal



Existem diversos métodos que o advogado pode utilizar para produzir provas no processo penal, sempre respeitando os limites legais. Entre os principais destacam-se a coleta de documentos, oitiva de testemunhas, perícias independentes e

diligências informais.

Coleta de documentos públicos e particulares

O advogado pode solicitar documentos junto a órgãos públicos ou particulares que sejam relevantes para o caso. Esses documentos podem incluir registros, contratos, relatórios ou qualquer material que ajude a comprovar a versão do cliente.

Oitiva de testemunhas

Realizar entrevistas informais com testemunhas que possam corroborar a defesa é uma prática importante. Embora o advogado não possa fazer interrogatório formal, pode conversar com as pessoas para entender fatos e reforçar a versão do acusado.

Perícias independentes

Contratar peritos especialistas para realizar avaliações técnicas, como exames grafotécnicos, análises digitais ou avaliações médicas, pode ser um diferencial na produção de provas.

Diligências informais

O advogado pode realizar investigações que envolvam visitas a locais, conferência de provas materiais ou levantamento de informações públicas, sempre dentro da legalidade.

Utilizar esses métodos de forma estratégica fortalece a defesa, garantindo mais elementos para contestar a acusação e proteger os direitos do cliente.

Implicações éticas e profissionais da investigação pelo advogado

A **investigação defensiva** impõe ao advogado cumprir rígidos padrões éticos e profissionais. É fundamental agir com integridade, respeitando os direitos das partes e evitando qualquer irregularidade que comprometa a justiça.

O Código de Ética da OAB destaca que o advogado deve atuar com lealdade e transparência, não podendo utilizar meios ilícitos para obter informações ou provas. Práticas como invasão de privacidade, falsificação de documentos ou coação são terminantemente proibidas.

Responsabilidade profissional e consequências

O descumprimento das normas pode levar a sanções disciplinares, podendo resultar em advertência, suspensão ou até exclusão da Ordem dos Advogados do Brasil. Além disso, provas obtidas de forma ilegal podem ser invalidadas no processo, prejudicando a defesa.

Manter a ética na investigação garante a credibilidade do advogado e assegura que o processo penal seja justo, beneficiando tanto o cliente quanto o sistema de justiça.

Casos práticos e jurisprudência relevante

A análise de **casos práticos** e jurisprudência relevante é essencial para compreender como a investigação defensiva é aplicada na prática. Tribunais brasileiros têm reconhecido o direito do advogado de produzir provas, desde que respeitados os limites legais e éticos.

Exemplos de decisões importantes

O Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já firmaram entendimento de que a defesa pode realizar diligências e coletar provas para assegurar a ampla defesa e o contraditório. Estas decisões reforçam o papel ativo do advogado no processo penal.

Um caso conhecido envolveu a autorização para que o advogado contratasse perícia independente para contestar laudos oficiais, o que garantiu maior equilíbrio na análise dos fatos e proteção dos direitos do acusado.

Impacto da jurisprudência na prática diária

Essas decisões servem como referência para advogados que desejam atuar de maneira eficaz, utilizando a investigação defensiva para fortalecer suas estratégias. Com respaldo jurídico, a defesa pode ampliar as chances de sucesso sem infringir normas processuais.

Estar atualizado sobre esses precedentes é fundamental para construir uma atuação sólida e alinhada com os entendimentos dos tribunais.

Considerações finais sobre a investigação defensiva

A investigação defensiva é uma ferramenta poderosa que permite ao advogado ampliar a defesa do cliente com provas próprias, sempre respeitando os limites legais e éticos.

Com o respaldo da jurisprudência e o uso correto dos métodos disponíveis, a atuação da defesa se torna mais sólida e estratégica, protegendo os direitos do acusado no processo penal.

É fundamental que o advogado mantenha-se atualizado e comprometido com a ética para garantir um processo justo e eficaz.

FAQ – Perguntas frequentes sobre investigação defensiva no processo penal

O advogado pode realizar investigação por conta própria no processo penal?

Sim, o advogado pode realizar investigação defensiva, desde que respeite os limites legais e éticos estabelecidos pelo ordenamento jurídico.

Quais são os principais limites legais para a investigação pelo advogado?

O advogado não pode praticar atos típicos de autoridade policial, como prisões ou interceptações ilegais, devendo sempre atuar dentro da lei.

Quais métodos o advogado pode usar para produzir provas no processo penal?

Entre os métodos permitidos estão a coleta de documentos públicos, oitiva informal de testemunhas, perícias independentes e diligências legais.

Quais as implicações éticas na investigação realizada pelo advogado?

O advogado deve agir com lealdade e transparência, evitando meios ilícitos para obter provas, sob pena de sanções disciplinares e invalidação das provas.

Como a jurisprudência influencia a investigação defensiva?

Decisões dos tribunais superiores reconhecem o direito da defesa de produzir provas, reforçando o papel ativo do advogado no processo penal.

Quais as consequências do descumprimento dos limites legais e éticos na investigação defensiva?

Pode haver sanções disciplinares para o advogado e invalidação das provas, prejudicando a defesa do cliente.

[Fale com um especialista](#)